



**CGU**

Controladoria-Geral da União

**Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção - CTPCC**

**Grupo de Trabalho sobre Impactos e desafios sobre a obrigatoriedade de programas de integridade em contratações públicas**

# **RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

## **GRUPO DE TRABALHO:**

### **PROGRAMAS DE INTEGRIDADE EM**

### **CONTRATAÇÕES PÚBLICAS**

*Data 23/03/2021*

## QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO?

Desenvolver estudos sobre os impactos e desafios que a exigência de programas de integridade como requisito para contratação com a Administração Pública tem gerado nos países e nas unidades federativas brasileiras que adotam essa medida.

## POR QUE ESSE TRABALHO FOI REALIZADO?

É cada vez mais frequente a apresentação de projetos legislativos e aprovação de leis e decretos que estabelecem a obrigatoriedade de adoção de programa de integridade por parte das pessoas jurídicas interessadas em contratar com a Administração. Em alguns casos, a exigência é um requisito de habilitação no processo licitatório, em outros constitui uma cláusula contratual que obriga a pessoa jurídica vencedora do certame a comprovar a implementação do programa em determinado prazo. No entanto, verifica-se ausência de estudos sobre os impactos diretos e indiretos que podem ser gerados na contratação e sobre a efetividade dessa medida.

## QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS?

Das discussões e pesquisas realizadas pelo GT concluiu-se que:

- 1 - É importante que a exigência do Programa de Integridade esteja integrada a um processo mais amplo de gestão de riscos de integridade da contratação pública, ao invés de apenas verificar a implementação pela empresa contratada de um Programa Integridade formal;
- 2 - A experiência de governos estaduais e Ministérios que possuem normativos vigentes com essa exigência, apesar de não possuírem ainda a implementação consolidada, permite estabelecer algumas diretrizes para delinear alternativas de modelo para a implementação no Poder Executivo Federal;
- 3 - Com a promulgação da nova lei de Licitações decorrente da aprovação do PLS nº 4253/2020 (ainda pendente de sanção presidencial), a exigência de Programas de Integridade nas contratações de grande vulto passa a ser uma exigência normativa de alcance nacional, aplicada para todos os entes públicos.

Diante disso, propõem-se ao CTPCC a continuidade dos trabalhos desenvolvidos por este GT, até dezembro de 2021, com o objetivo de delinear proposta de regulamentação e procedimentos de verificação para a efetiva implementação da exigência de programas de integridade em contratações de grande vulto.

# INTRODUÇÃO

O presente trabalho decorreu da Resolução nº 4, de 4 de março de 2020, do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção – CTPCC, que aprovou o Plano de Trabalho 2019-2021. Nesta Resolução foi criado o Grupo de Trabalho (GT) sobre o tema: Impactos e desafios sobre a obrigatoriedade de programas de integridade em contratações públicas.

O GT é coordenado pela Controladoria-Geral da União (CGU) e contou nas suas reuniões com a participação de representantes da Advocacia-Geral da União (AGU), da Casa Civil da Presidência da República; da Confederação Nacional da Indústria (CNI); do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (ETHOS); da Universidade de Brasília (UNB); e do Ministério da Economia (ME).

O objetivo do GT foi desenvolver estudos sobre os impactos e desafios que a exigência de programas de integridade como requisito para contratação com a Administração Pública tem gerado nos países e nas unidades federativas brasileiras que adotam essa medida, a fim de se obter subsídios para verificar a viabilidade e a pertinência de exigir das pessoas jurídicas interessadas em contratar com a Administração Pública a adoção de programa de integridade.

Os produtos esperados do GT, de acordo com a Resolução nº 4, eram: (i) Estudos comparativos com outros países; (ii) Análise das leis e decretos vigentes no Brasil que tratam do tema e aplicabilidade; (iii) Estudo sobre os impactos financeiros gerados na contratação e sobre as possíveis restrições à competitividade causadas por essa exigência; e (iv) Proposta de modelo e boas práticas.

No período de junho a dezembro de 2020, o GT realizou 6 (seis) reuniões via videoconferência, e entre janeiro de março de 2021, foram realizadas mais 3 (três) reuniões via videoconferência, em que foi debatida a temática e apresentados dados pesquisados. Foram coletados dados, artigos e realizadas entrevistas com representantes de órgãos e entidades que já possuem normativos vigentes com a exigência de Programas de Integridade nas contratações Públicas.

## 1. Atividades realizadas pelo GT

### 1.1 Plano de trabalho do exercício de 2020

Na primeira reunião do GT, que ocorreu em 8 de junho de 2020, houve a apresentação dos objetivos do grupo e os participantes apresentaram as suas percepções iniciais sobre a temática. Na segunda reunião, que ocorreu em 4 de agosto de 2020, foi aprovado o plano de trabalho do GT para o exercício de 2020 com o respectivo cronograma. Dentre as principais atividades previstas estavam:

- Mapeamento de leis e decretos vigentes e em tramitação no Brasil e suas justificativas;
- Análise comparativa das leis e decretos vigentes.
- Identificação de modelos internacionais coma exigência de Programas de Integridade nas contratações públicas
- Identificação de estudos acadêmicos e doutrinários sobre a temática;
- Identificação de jurisprudência sobre os normativos já vigentes;

- Mapeamento do universo de contratos de grande vulto celebrados pelo Poder Executivo Federal nos 2 últimos anos.
- Verificação do posicionamento das entidades representativas dos principais setores com contratos de grande vulto.
- Entrevistas com representantes de entes governamentais que já aplicam a exigência.

As principais atividades previstas no Plano de Trabalho para 2020 foram realizadas dentro do esperado, com poucas exceções.

## 1.2 Mapeamento e análise dos normativos vigentes com a exigência de Programas de Integridade nas contratações Públicas no Brasil

Realizou-se uma pesquisa na internet sobre os normativos vigentes no Brasil que exigem Programas de Integridade nas contratações públicas. Foram identificados os normativos expressos no Quadro-1:

Quadro-1 – Relação de normativos identificados que exigem Programas de Integridade nas Contratações Públicas

UF	NORMATIVO
DF – Governo do Distrito Federal	Lei nº 6.112/18
RJ - Governo Estado	Lei nº 7.753/17
AM - Governo do Estado	Lei nº 4.730/18
GO - Governo do Estado	Lei nº 20.489/19
RS - Governo do Estado	Lei nº 15.228/18
MT - Governo do Estado	Lei nº 11.123/20
PE - Governo do Estado	Lei nº 17.622/19
SE – Prefeitura de Aracajú	Lei nº 5.241/19
BR - Ministério da Agricultura	Portaria nº 877/18
BR - Ministério da Justiça	Portaria nº 513/20
PETROBRAS	Programa Petrobras de Prevenção à Corrupção

Fonte: Pesquisa realizada na internet pelo GT

Conforme demonstra o Quadro-1, foram identificados normativos com essa exigência em 7 governos estaduais (incluindo o DF), 1 Prefeitura de Capital, 2 Ministérios e 1 Estatal.

Após a identificação desses normativos realizou-se uma análise de cada normativo sobre aspectos como: incidência; limite de enquadramento; estratégia de acompanhamento; sanções.

Verifica-se que o primeiro normativo estadual a entrar em vigor foi a do Governo do Estado do Rio de Janeiro (Lei nº 7.753/17). Com isso, constata-se que boa parte das demais legislações estaduais tem diversos dispositivos inspirados nessa primeira legislação.

Quanto à incidência, existe certa homogeneidade entre os normativos, que preveem a exigência de Programa de Integridade para pessoas jurídicas que celebrem contratos com a Administração Pública direta e indireta. Destaca-se que a maior parte dos normativos estaduais ampliam a incidência também para pessoas jurídicas que celebrem consórcios, convênios e até Parcerias Público-Privada (PPP), portanto não ficando restritos apenas a instrumentos derivados da Lei de Licitações Públicas (nº 8.666/93).

Entretanto, quanto ao limite de enquadramento, verifica-se uma maior diversidade nos normativos, existindo desde normativos que exigem a partir de contratos na modalidade Tomada de Preço, até normativos que exigem para contratos acima de 10 milhões de reais. Alguns normativos restringem a exigência para contratos com duração superior a 180 dias, o que exclui contratos de entrega imediata.

Em relação à estratégia de acompanhamento, praticamente todos exigem a apresentação de certos documentos para a avaliação do Programa de Integridade, e o principal parâmetro para essas exigências é o estabelecido no Capítulo IV do Decreto nº 8.420/15, que regulamenta a Lei nº 12.846/13 para o Poder Executivo Federal.

Quanto à indicação da unidade interna que fará a análise do cumprimento da exigência, a maior parte dos normativos atribui essa competência ao próprio Gestor do contrato. Alguns normativos são omissos na indicação de quem fará a cobrança e análise dos documentos apresentados pela empresa, o que abre espaço para que a atribuição possa ser remetida a outra unidade do órgão contratante.

Quanto às sanções previstas, percebe-se uma variação ainda maior entre os normativos. A maior parte estabelece uma multa por dia de atraso na entrega dos documentos comprobatórios da existência do Programa de Integridade (entre 0,1% e 0,2% dos contratos) estabelecendo um limite máximo para as multas (entre 10% e 20% do contrato). Entretanto, em alguns normativos verifica-se a existência de diversas outras sanções como: não prorrogação do contrato; impedimento de contratar por determinado período, ou até regularizar a situação; possibilidade de rescisão do contrato em andamento.

A consolidação da análise dos diversos normativos citados no “Quadro-1” encontra-se expressa no “Anexo-1” deste Relatório.

### **1.3 Iniciativas internacionais com a exigência de Programas de Integridade nas contratações Públicas**

Realizou-se uma pesquisa com consulta a sites de busca na internet. A maior parte dos normativos internacionais identificados citam a exigência de Integridade (Compliance) nas contratações apenas no âmbito declarativo, com o estabelecimento de compromisso da empresa em não participar de atos de corrupção ou de implementar medidas anticorrupção. De

modo diverso, nos normativos nacionais a exigência de Programas de Integridade na contratação pressupõe uma etapa de verificação pelo Poder Público quanto à existência de elementos que comprovem essa implementação, durante a execução do contrato.

Identificou-se apenas na Argentina, a Ley nº 27.401/17 (normativo similar à Lei nº 12846/13 do Brasil), que introduz a exigência da implementação de Programas de Integridade para empresas que contratam com o Estado Nacional, mais especificamente para contratos de grande vulto que tenha que ser aprovados por autoridades de Ministro ou superiores; contratos de concessão de serviços públicos; e contratos regidos por algumas leis específicas (artículo 4º del decreto delegado N° 1023/01 ; leyes 13.064; 17.520; 27.328). Os mecanismos previstos para considerar a existência de um Programa de Integridade são similares ao estabelecido na legislação brasileira. Entretanto, a Lei Argentina não detalha como ocorrerá a verificação do cumprimento da exigência pelas empresas contratadas.

As pesquisas sobre a existência de normativos internacionais decorreram de busca em sites na *internet*. Assim, este é um dos pontos que podem ser aprofundados pelo GT, com uma busca ativa junto a organismos internacionais ou por meio de consulta a órgãos congêneres à CGU em outros países.

## **1.4 Artigos, doutrina e jurisprudência sobre o tema**

Na pesquisa realizada pelo GT foram identificados diversos artigos, a maioria de opinião de especialistas na área de licitação, sobre os normativos que exigem Programas de Integridade nas contratações públicas.

Existe divergência entre alguns autores quanto a constitucionalidade da exigência de programas de integridade por leis estaduais, sustentando que é competência privativa da União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação (CF, Art. 22, Inciso XXVII). Entretanto, verifica-se que a maior parte defende a exigência como constitucional, por ser estabelecida como cláusula contratual a ser cumprida após a contratação, e não na etapa para a habilitação das empresas no certame licitatório. Portanto, a iniciativa não inviabiliza a participação das empresas que não tem Programa de Integridade no certame, mas exige a sua implementação durante a execução do contrato.

Uma outra ponderação levantada nos artigos trata da efetividade da medida, já que a verificação da exigência dos Programas de Integridade ocorre pela entrega de um rol de documentos pela empresa, ao Gestor do Contrato, o que possibilita a implementação de Programas sem efetividade ou meramente formais, apenas para cumprimento de uma exigência contratual. Sustentam que isso poderia acabar gerando um mercado de Programas de Integridade meramente formais, adquiridos pelas empresas apenas para cumprir uma exigência da contratação.

Tem-se também questionamentos de alguns autores sobre a oportunidade e conveniência da exigência, pois esta poderia elevar os custos da contratação e remeter à Administração Pública um custo adicional de verificação dos Programas de Integridade, o que não traria um custo-benefício satisfatório para o Poder Público.

Além disso, alguns artigos acadêmicos divergem sobre a efetividade dos programas de integridade para mitigar o comportamento ético dos funcionários e questionam a falta de critérios claros sobre como avaliar a efetividade desses programas.

## **1.5 Situação do Programas de Integridade das empresas que atualmente possuem contratos de grande vulto com o Poder Executivo Federal**

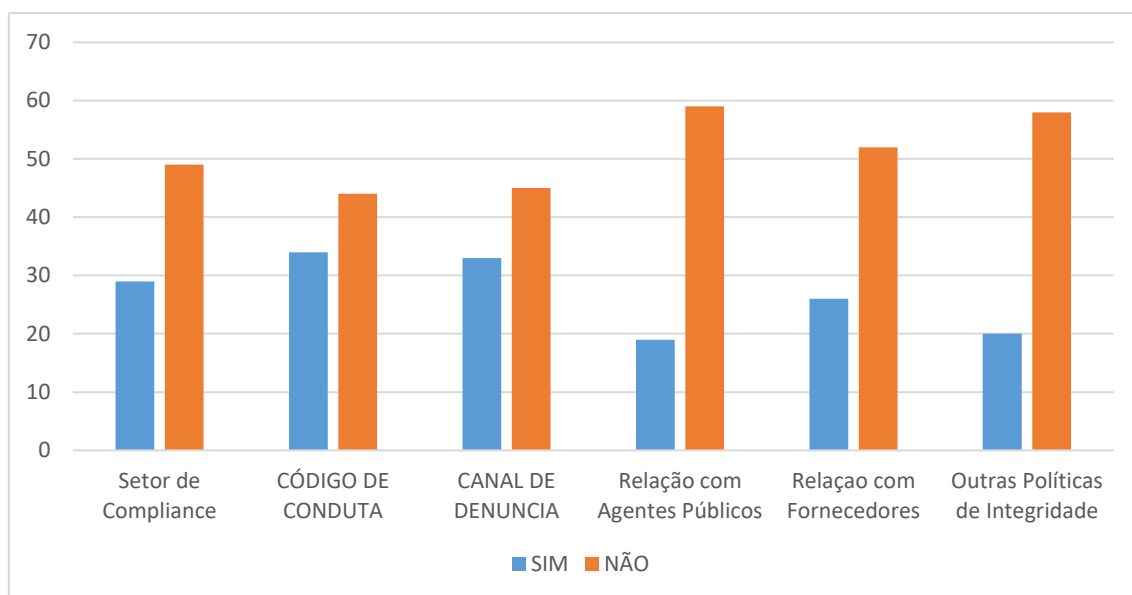
O GT procurou estimar o atual estágio de implementação de Programas de Integridade pelas empresas que tem contratos de grande vulto com o Poder Executivo Federal, por meio da identificação de elementos mínimos que indiquem a possível existência de Programas de Integridade (Compliance) já implementados nessas empresas. Para isso, considerou-se contratos de grande vulto aqueles com valor acima de 50 milhões de reais. Procurou-se então identificar os contratos acima desse valor com o Poder Executivo Federal, com um recorte histórico de contratos celebrados entre janeiro de 2019 e julho de 2020. Identificou-se então 107 contratos, celebrados com 78 empresas diferentes, que perfaziam um montante de 12,44 bilhões de reais contratados, que equivale a 28% do montante contratado no período.

Destaca-se que desses 107 contratos analisados, 78 foram celebrados por apenas 6 órgãos. Além disso, dessas 78 empresas contratadas, 48 empresas podem ser consideradas de 5 ramos de atividade (Farmacêutico, engenharia e construção; informática e telecomunicação; editora de livros; Setor aeronáutico)

Com essa amostra, procedeu-se então consultas por meio de sites de busca na *internet* e consultas aos sites das empresas, coletando possíveis informações sobre os respectivos Programas de Integridade. Para essa análise buscou-se identificar a existência de 6 itens relativos ao Programa de Integridade: (i) área específica designada para atuar com o tema integridade (setor de Compliance); (ii) código de conduta; (iii) canal de denúncia; (iv) política de integridade na relação com fornecedores; (v) política de integridade na relação com agentes públicos; (vi) outros elementos do Programa de Integridade e/ou Política anticorrupção/antisuborno.

Como a pesquisa foi apenas exploratória, identificou-se apenas como “sim” ou “não” para cada um desses 6 itens. O resultado da identificação desses elementos nas 78 empresas pesquisadas está expresso no Gráfico-1 a seguir:

Gráfico-1 – Identificação de elementos mínimos de um Programa de Integridade em empresas contratadas pelo Poder Executivo Federal.



Fonte: consulta aos sites das empresas

Para esta pesquisa exploratória consideramos como critério que o atendimento de 3, dos 6 itens pesquisados, indicaria que a empresa apresenta indícios mínimos de que já possui um Programa de Integridade implementado. Com esse critério, identificou-se então que 31 empresas (40%), das 78 analisadas, apresentam elementos mínimos que indicam a possível implementação de um Programa de Integridade (Compliance).

Fazendo-se um recorte com apenas 3 elementos específicos dos Programas de Integridade (setor específico de *compliance*, código de conduta, canal de denúncia) e relacionando as empresas por ramo de atividade, tem-se a informação expressa no Quadro-2 a seguir.

Quadro-2 – Identificação de iniciativas de integridade nas empresas analisadas, por ramo de atividade.

RAMO DE ATIVIDADE	QUANTIDADE DE EMPRESAS	POSSUEM SETOR ESPECÍFICO DE COMPLIANCE	POSSUEM CODIGO DE CONDUTA	POSSUEM CANAL DE DENUNCIA
FARMACÊUTICO	15	8	9	7
ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO	15	0	2	2
INFORMATICA E TELECOMUNICAÇÕES	7	3	4	4
EDITORA DE LIVROS	6	2	2	2
SETOR AERONÁUTICO	5	3	3	3
	48			

Fonte: consulta aos sites das empresas

Com isso, pode-se identificar que no setor farmacêutico, mais da metade das empresas analisadas já possuem indicativos de que tem um Programa de Integridade implementado. Entretanto, no ramo de atividade da engenharia e construção, na maior parte das empresas não foi identificado elementos mínimos que indicassem a existência de Programas de Integridade implementados.

Destaca-se que 5 empresas em que não foram identificados elementos mínimos que indicassem a existência de um Programa de Integridade são subsidiárias no Brasil de empresas



multinacionais. Entretanto, em consulta ao site da Matriz dessas empresas, identificou-se os elementos que indicavam a existência de robustos Programas de Integridade (Compliance). Assim, conclui-se que, ou essas empresas não implementam nas suas subsidiárias no Brasil as mesmas iniciativas de integridade que implementam em sua Matriz, ou os sites das subsidiárias no Brasil não dão transparência a essas iniciativas.

Ressalta-se que a pesquisa foi exploratória e apenas por meio de consulta aos sites das empresas na internet., sendo esta uma das limitações da pesquisa. Assim, a não identificação de elementos do Programa de Integridade pode ser decorrente da falta de transparência dessa informação nos respectivos sites das empresas e não necessariamente decorrente da ausência dos mecanismos. Além disso, na pesquisa não se buscou analisar a efetiva implementação dos itens analisados ou se estes possuíam características adequadas a um efetivo Programa de Integridade, mas apenas a identificação da existência ou não do elemento de integridade pesquisado.

## **1.6 Entrevistas com representantes de órgãos que já possuem normativos com a exigência de Programas de Integridade nas contratações**

Com a identificação e a análise de normativos já vigentes que possuem a exigência de Programas de Integridade nas contratações (item 1.2 do Relatório), buscou-se entrevistar representantes de alguns desses órgãos para identificar como ocorreu a implementação e os desafios desse processo. As entrevistas ocorreram em reuniões agendadas com representantes desses órgãos, e estruturou-se alguns questionamentos básicos a serem realizados a todos órgãos, como uma forma de buscar entender pontos semelhantes, com questionamentos sobre: cláusulas dos normativos, forma de implementação da iniciativa, metodologia de análise dos Programas de Integridade, impactos na contratação e desafios enfrentados pelo órgão com a implementação do normativo.

Assim, houve reuniões com representantes do Ministério da Agricultura, Governo do Distrito Federal, Governo do Estado do RJ e da Petrobras.

### **1.6.1 Ministério da Agricultura - MAPA**

A reunião com representantes do Ministério da Agricultura ocorreu de forma virtual em 16/10/2020. Pelo MAPA participaram os servidores Cláudio Torquato da Silva, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno do MAPA, e Thiago Dutra, Coordenador-Geral de Integridade substituto (CGINT/AECI-MAPA), e do GT participaram Thiago Smarzaro (CGU); Rodrigo Paiva (CGU); Juliana Porto (UNB), Marília Resende (UNB).

Foi informado que a iniciativa do normativo partiu do Secretário-Executivo do MAPA à época, pois já havia no MAPA o Programa do Selo Mais Integridade que busca reconhecer e premiar as empresas do agronegócio com ações voltadas às boas práticas de Integridade, Ética, Sustentabilidade Ambiental e Responsabilidade Social, e também havia iniciada a implementação do Programa de Integridade do MAPA. Com isso, a iniciativa foi vista como uma forma de fomentar a integridade nos fornecedores do Ministérios.

Assim, a Portaria nº 877/2018, tornou obrigatório para os contratos com valor acima de 5 milhões de reais, que as empresas prestadoras de serviço comprovem a implementação de um Programa de Integridade, em até 9 meses, já no primeiro ano de contratação, com metas de melhorias contínuas nos 4 anos subsequentes (em que a prorrogação é possível). A comprovação dessa implementação pela empresa ocorre por meio de envio de determinada documentação, para Coordenação-Geral de Recursos Logísticos da Departamento de Administração do MAPA. A Portaria estabelece um rol de documentos mínimos que devem ser enviados.

O normativo estabelece que os Programas de Integridade considerados meramente formais, que não apresentem os documentos mínimos exigidos ou se mostre ineficaz para mitigar o risco de corrupção na empresa, serão considerados inadequados e, como consequência, a empresa não poderá ter o seu contrato prorrogado pelo MAPA. Assim, como o foco são os contratos de prestação de serviços continuados, a sanção estabelecida atualmente é a de não prorrogação dos contratos.

Destaca-se que a verificação da efetividade do Programa de Integridade da empresa contratada é colocada como atribuição da equipe de fiscalização de contrato, mas com orientação da Unidade Responsável pela Política de Integridade do MAPA.

Foi informado que, atualmente, 5 contratos do MAPA se enquadram nos critérios estabelecidos no normativo, para verificação do Programa de Integridade. A estratégia adotada pelo MAPA foi de exigir a documentação comprobatória da empresa de acordo com cada período de execução do contrato continuado, e a verificação da implementação do Programa de Integridade pela empresa ocorrerá no momento do pedido de prorrogação do contratual.

Em relação à metodologia de análise, informou-se que, em um primeiro momento, o Fiscal do contrato fará a análise da documentação e emitirá um parecer sobre o cumprimento da exigência, e caso ele necessite, pode pedir o apoio da Unidade Responsável pela Política de Integridade, que pode dar um parecer sobre a adequabilidade do Programa. A ideia é que seja uma checagem objetiva quanto ao fornecimento da documentação exigida. Estão estudando a possibilidade de se criar um *checklist* específico que possa ser utilizado pelo fiscal do contrato.

Informou-se que não foram identificados impactos econômicos nos contratos que tem a incidência do referido normativo, em relação aos contratos que não possuem essa exigência, a não ser quanto à adaptação da fiscalização do contrato para verificar a exigência.

Como ainda não houve nenhuma prorrogação de contrato impedida de prosseguir devido a esta exigência, informou-se que ainda não houve questionamentos administrativos e/ou judiciais das empresas contratadas.

Questionados se cogitam a hipótese de considerar algum tipo de certificação externa que possa ser apresentada pela empresa para comprovar a implementação do Programa de Integridade, o representante do MAPA informou que não foi discutida essa hipótese, mas pode ser algo a ser discutido futuramente.

## 1.6.2 Governo do Distrito Federal

A reunião com a representante do Governo do Distrito Federal (GDF) ocorreu de forma virtual em 20/10/2020. Pelo GDF participou a servidora Joyce Chagas de Oliveira, Subcontroladora de Governança e Compliance da Controladoria-Geral do GDF, e do GT participaram Thiago Smarzaró (CGU); Rodrigo Paiva (CGU); Alexandre Krugner (CGU).

Foi informado que a iniciativa do normativo foi proposta legislativa aprovada em 2018 e promulgada como Lei nº 6.112/2018. Em 2019, foi aprovada uma lei que promoveu alterações significativas, especialmente quanto ao valor dos contratos em que se obrigaria a implementação de Programas de Integridade pelas empresas, já que inicialmente abrangia contratos a partir da modalidade Tomada de Preço, e com a modificação ficou estipulada a exigência apenas para contratos acima de 5 milhões de reais. Destaca-se que a exigência é estabelecida como compromisso a ser firmado em cláusula contratual e não interfere na habilitação da empresa no certame licitatório.

O não cumprimento das exigências pela empresa contratada pode ensejar multa de 0,08% do valor do contrato por dia, limitado a 10% do valor do contrato. O não pagamento da multa pode acarretar: a inscrição em dívida ativa; rescisão unilateral da relação contratual; impedimento de contratar com a administração pública do Distrito Federal, de qualquer esfera de poder, até a efetiva comprovação de implementação do Programa de Integridade.

O GDF regulamentou a referida Lei por meio do Decreto nº 40.388/20, já abrangendo as alterações realizadas em 2019. Para operacionalizar a implementação da Lei a Controladoria-Geral do GDF editou a Portaria nº 121/2020 (alterada ainda em outubro de 2020 pela Portaria nº 157/2020), que dispõe sobre a operacionalização da avaliação do Programa de Integridade da empresa, e a Portaria nº 53/2020 que cria o cadastro de empresas que adotam Programas de Integridade, dando publicidade no Portal da Transparência e no sítio eletrônico da Controladoria-Geral do Distrito Federal, a partir da análise realizada pela Controladoria-Geral do GDF. Assim, verifica-se que a implementação da exigência no âmbito do GDF iniciou apenas no final de 2020, com a edição desses normativos.

A comprovação da implementação pela empresa ocorre por meio de envio de Relatório de Perfil e Relatório de Conformidade do Programa, nos termos do Decreto nº 40.388/20. Assim, neste Decreto está bem delimitado o rol de informações que devem ser enviadas pelas empresas.

A avaliação do Programa de Integridade da empresa, com base na documentação enviada, para verificação do cumprimento ou não da exigência, será realizada pela Subcontroladoria de Governança e Compliance - SUGOV, da Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF, com base nos critérios de avaliação estabelecidos na Portaria nº 121/20. A referida Portaria tem um bom nível de detalhamento da metodologia de avaliação. A Portaria cita inclusive a pontuação que a avaliação atribuirá a cada área do Programa, com o máximo de 100 pontos distribuídos em 6 áreas. Estabelece também que o Programa da empresa deve ser avaliado com pelo menos 65% da pontuação total (posteriormente, o índice foi alterado para 50%, aumentando o percentual a cada semestre), cumprindo pelo menos 25% da pontuação em cada área (posteriormente, o índice foi alterado para 20%, também aumentando o percentual a cada semestre). Percebe-se muita similaridade dessa metodologia com a utilizada no Programa Pro-Ética da CGU. Destaca-se que na metodologia existe inclusive a previsão de realização de entrevistas a funcionários e colaboradores da empresa.

Foi informado que para cada empresa será aberto um processo eletrônico com a documentação enviada e em que serão registrados todos os trâmites da avaliação. Quanto à metodologia de avaliação, informou-se que foi preparado um *checklist* para ser utilizado pelos avaliadores, com base nos critérios da Portaria nº 121/20. A verificação da avaliação será feita quando da celebração do contrato e quando da celebração de Termos Aditivos.

Atualmente mais de 100 contratos do GDF são abrangidos pela exigência e a Subcontroladoria de Governança iniciará o processo de avaliação dos Programas ainda em 2020, para gradativamente cobrir a avaliação dos Programas de todas as empresas que tem contratos enquadrados nessa exigência.

Informou-se, também, que não foram identificados impactos nos contratos que tem a incidência do referido normativo, em relação aos contratos que não possuem essa exigência. Ainda não houve questionamentos administrativos e/ou judiciais das empresas contratadas, provavelmente porque as avaliações dos Programas iniciaram apenas no final de 2020.

Questionada se foi discutida a hipótese de considerar algum tipo de certificação externa, que possa ser apresentada pela empresa para comprovar a implementação do Programa de Integridade, a representante da GDF disse que não existe essa previsão e se manifestou contrária a essa possibilidade.

### **1.6.3 PETROBRAS**

A reunião com o representante da PETROBRAS ocorreu de forma virtual em 19/10/2020. Pela PETROBRAS participou Edno Costa, Gerente de Integridade Empresarial da Diretoria de Governança e Integridade, e do GT participaram Thiago Smarzaró (CGU); Rodrigo Paiva (CGU); Juliana Porto (UNB); e Rodrigo Paiva (AGU).

Foi informado que a iniciativa iniciou em 2015 e foi incluída no Regulamento de Licitações e Contratos da Petrobras (RLCP)/2018. A exigência, denominada no âmbito da PETROBRAS como *Due Diligence* de Integridade (DDI), entra no rol de verificações que são realizadas pela estatal para conhecer os seus fornecedores. A análise de DDI é um procedimento realizado no cadastramento do fornecedor, portanto, antes da contratação, junto com a análise técnica e econômica. Com isso, todas as empresas são avaliadas, não apenas quanto à verificação da existência ou não de um Programa de Integridade, mas são submetidas a diligências apropriadas para avaliação do seu Grau de Risco de Integridade (GRI). As empresas podem ser classificadas com o GRI baixo, médio ou alto, sendo que as empresas classificadas com o GRI alto ficam impedidas de contratar com a PETROBRAS. Assim, a avaliação do GRI não acarreta uma sanção, mas é um critério de elegibilidade para contratação.

Em todos os novos contratos, as empresas devem responder um questionário e ter o avaliado o seu GRI. Foi informado que essa avaliação do GRI é realizada, em uma primeira etapa, de forma automática pelo próprio sistema de cadastro de fornecedores, com base nas informações fornecidas pela empresa. Assim, após a realização da primeira avaliação pelo próprio sistema de fornecedores, as empresas que forem classificadas com o GRI médio ou alto terão essa avaliação aprofundada pela equipe da Diretoria de Governança e Integridade, em que é aprofundada a coleta de informações, inclusive com a utilização de um sistema informatizado que consulta várias bases de dados. A Diretoria de Governança possui uma ferramenta informatizada utilizada por sua equipe para operacionalização da avaliação, com base na metodologia previamente definida.

Portanto, quanto a metodologia utilizada, inicialmente a empresa preenche o questionário de DDI em que são descritos o perfil do fornecedor, relacionamento com agentes públicos, histórico e reputação, Programa de Integridade e utilização de intermediários. Em seguida, por meio de ferramenta de *data mining*, são buscadas informações no sítio eletrônico do fornecedor, verificado o histórico na PETROBRAS, lista de sanções, processos administrativos de responsabilização. Na próxima etapa é avaliada a existência e aplicação dos elementos do Programa de Integridade, que pode acarretar solicitações de esclarecimentos de dúvidas, solicitação de documentos adicionais e até reuniões com representantes das empresas. A avaliação é então realizada com base na ponderação dos fatores de riscos e em como os elementos do Programa de Integridade atuam na mitigação dos riscos de integridade. O GRI atribuído às empresas é então publicado no Portal de Compras da PETROBRAS para ser consultados pela comunidade de suprimentos.

Foi destacado pelo representante da PETROBRAS que a avaliação técnica e econômica dos fornecedores é realizada pelo setor de compras da Petrobras, entretanto a avaliação do Grau de Risco de Integridade (GRI) é realizado pela equipe da Diretoria de Governança, o que permitiu a especialização do trabalho e a possibilidade de avaliar o GRI de um número significativo de empresas com um custo reduzido.

Informou-se que não foram identificados impactos econômicos nos contratos, e que se isso tivesse ocorrido haveria uma sinalização da área de contratos. Também não houve maiores impactos na competitividade das contratações, já que poucas empresas foram classificadas com o GRI alto, e portanto, impedidas de contratar.

O representante da PETROBRAS informou também que diversas empresas já entraram com recursos administrativos e judiciais para descaracterizar o impedimento de contratação decorrente da avaliação do GRI como alto, entretanto, até o momento a estatal venceu todos esses recursos, com o procedimento de avaliação do GRI sendo confirmado.

Questionado se foi cogitada a hipótese de considerar algum tipo de certificação externa que pudesse substituir a *Due Diligence* de Integridade (DDI), o representante da PETROBRAS informou não ser favorável a essa possibilidade, haja vista que a DDI e a decorrente avaliação do Grau de Risco de Integridade (GRI) é uma avaliação mais ampla para conhecer os seus fornecedores, que seria difícil ser substituída por uma certificação externa.

#### **1.6.4 Governo do Estado do Rio de Janeiro**

A reunião com representantes do Governo do Estado do Rio de Janeiro ocorreu de forma virtual em 20/10/2020. Pelo Governo do RJ participaram os servidores da Controladoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, Jaime Almeida Paula e Antônio Nóbrega e do GT participaram Thiago Smarzaró (CGU); Rodrigo Paiva (CGU); Marília Resende (UNB), Rodrigo Paiva (AGU).

Foi informado que a iniciativa do normativo foi proposta legislativa promulgada como Lei nº 7.753/2017. O RJ foi o primeiro Estado a implementar iniciativa legislativa nessa temática. A exigência de Programas de Integridade é atribuída às empresas que celebrarem contrato, consórcio, convênio, concessão ou parceria público-privado com a administração pública direta, indireta e fundacional do Estado do Rio de Janeiro, com valores superiores ao da modalidade de licitação por concorrência a partir de R\$ 650.000,00 para compras e serviços e

R\$ 1.500.000,00 para obras e serviços de engenharia. Destaca-se que a exigência é estabelecida como compromisso a ser firmado em cláusula contratual e não interfere na habilitação da empresa no certame licitatório. As empresas devem se comprometer a implementar o seu Programa de Integridade em até 180 dias da celebração do contrato.

O não cumprimento das exigências pela empresa contratada pode ensejar multa de 0,02% do valor do contrato por dia, limitado a 10% do valor do contrato. O não cumprimento da exigência, durante o período contratual acarretará também a impossibilidade de novas contratações da empresa pelo Governo do Estado do RJ.

Todavia, foi informado que o Governo do Estado do RJ ainda não regulamentou a referida Lei. Assim, a sua implementação efetiva, com a verificação do cumprimento das exigências estabelecidas, ainda não se iniciou.

A Lei estabelece que cabe ao Gestor do Contrato fiscalizar a implementação do Programa de Integridade da empresa. Na hipótese de não haver a função do Gestor de Contrato, essa atribuição ficará com o Fiscal de Contrato, sem prejuízo de suas demais atividades ordinárias.

Os representantes do Governo do RJ informaram que, com a recente criação da Controladoria-Geral do Estado CGE, por meio da Lei nº 7989/2018, o órgão tem o papel de acompanhar a implementação da Lei nº 7.753/2017, conforme disposto no art. 8º, inciso XXIX, da Lei nº 7989/2018.

Foi informado que ainda não houve questionamentos administrativos e/ou judiciais das empresas contratadas, provavelmente porque ainda não houve o início da verificação do cumprimento das exigências.

## **1.7 Reunião com representantes de empresas**

Em 20 de outubro de 2020, O Instituto Ethos promoveu uma reunião extraordinária com os integrantes de seu Grupo de Trabalho de Integridade para tratar da perspectiva do setor empresarial sobre a exigência de programas de integridade nas contratações públicas. Na reunião estavam presentes representantes de empresas, em geral, *compliance officers*, e de escritórios de advocacia especializados no tema. Também participaram da reunião representando o GT Integridade em Contratações Públicas, além da Paula Oda (Instituto Ethos), Thiago Smarzaro (CGU) e Rodrigo Paiva (AGU).

Vale destacar as seguintes observações feitas na reunião pelos representantes de empresas e escritórios de advocacia sobre a exigência de programas de integridade nas contratações públicas:

- (i) Preocupação sobre como seria feita a fiscalização em uma eventual exigência de programa de integridade na contratação pública, considerando que o gestor do contrato, de uma forma geral, não tem conhecimento sobre o tema, sobretudo no âmbito estadual e municipal.
- (ii) De uma maneira geral, o custo de implementação do programa de integridade para participação em uma contratação pública não é visto como um impeditivo ou uma preocupação pelos representantes das empresas, pois já está sendo feito um investimento nesses programas para que as empresas possam se credenciar para participar de várias outras transações comerciais, inclusive com conglomerados

internacionais. Além disso, destacou-se que o programa de integridade é proporcional ao tamanho da empresa, sendo que várias iniciativas têm custo zero. Citou-se como exemplo o Portal da ONU, que oferece treinamento a custo zero sobre essa temática.

- (iii) Por outro lado, houve representantes que afirmaram que algumas empresas ainda enxergam a implementação de programa de integridade como custo, e não como investimento. Nesse sentido, seria importante sim que o Poder Público passasse a exigir programas de integridade nas contratações, pois seria uma forma de fomento, um gatilho para essa mudança de entendimento.

## **1.8 Aprovação da nova Lei de Licitações, incluindo dispositivo com a exigência de Programas de Integridade nas contratações de grande vulto**

O Senado aprovou em dezembro de 2020 o Projeto de Lei do Senado nº 4.253/2020, que segue agora para sanção presidencial. Caso a Lei seja promulgada sem vetos, estabelecerá a exigência da obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelas empresas que celebrarem contratos de grande vulto com a Administração Pública, definidos estes como contratos superiores a 200 milhões de reais. Além disso, também prevê que o Programa de Integridade será considerado como critério de desempate; como elemento a ser considerado na aplicação da sanção; e como requisito para reabilitação da empresa sancionada.

A Lei estabelecerá que regulamento disciplinará as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades pelo descumprimento dessa obrigatoriedade.

Assim, a Lei estabelecerá de forma clara o valor limite a partir do qual deve-se exigir a implementação de um Programa de Integridade da empresa contratada. Entretanto, as condições a serem exigidas das empresas, a forma de verificação, os procedimentos a serem adotados e até mesmo as sanções impostas, dependerá de regulamentação posterior.

## **2. Principais discussões e percepções do GT**

Das pesquisas e discussões realizadas pelo GT, podemos destacar alguns aspectos em que há certo consenso entre os integrantes do grupo e podem subsidiar a continuidade dos trabalhos.

### **2.1 Viabilidade e pertinência da exigência de Programas de Integridade nas contratações públicas**

Um dos objetivos do GT era obter subsídios para verificar a viabilidade e a pertinência de exigir das pessoas jurídicas interessadas em contratar com a Administração Pública a adoção de programa de integridade.

Diante dos elementos coletados, o Grupo ainda não havia obtido consenso se a relação custo-benefício da exigência indicaria a sua viabilidade e pertinência. Entretanto, diante do potencial benefício da implementação efetiva de Programas de Integridade pelas empresas contratadas,

as questões discutidas quanto a viabilidade e pertinência da exigência, indicavam que o ponto principal era estabelecer as condições e procedimentos de verificação que deveriam ser implementados, de modo que o custo para a Administração Pública estivesse compatível com os benefícios esperados com a medida.

Um dos principais pontos discutidos apontavam que a exigência deveria abranger apenas os contratos de grande vulto, o que reduziria o número de empresas a serem avaliadas, diminuindo os custos para a Administração Pública, mas potencializaria os benefícios, por serem contratos com um maior nível de risco de integridade. Além disso, os contratos de maior valor são celebrados com empresas de maior porte, para as quais não haveria maiores impactos, com o custo da implementação de Programas de Integridade.

Todavia, com a aprovação da nova Lei de Licitações (ainda pendente de sanção presidencial) e a exigência de Programas de Integridade em contratos acima de 200 milhões, as discussões do GT devem agora ser focadas em seu segundo objetivo, para indicar qual modelo deve ser adotado, as condições, os requisitos mínimos estabelecidos, os procedimentos de verificação, e incluir também as alternativas de sanção.

## **2.2 Certificação externa como condição para o cumprimento da exigência de Programas de Integridade nas contratações públicas**

Um dos pontos debatidos foi a possibilidade da utilização de certificações externas como critério para atestar a implementação de Programas de Integridade pelas empresas contratadas.

Apesar da redução de custos para a Administração Pública que em um primeiro momento essa medida poderia apontar, a exigência exclusiva de certificação traria para as empresas, além do custo de implementação do programa, um custo adicional com a certificação, custo que acabaria sendo adicionado ao valor do contrato.

A certificação externa também impediria que a Administração Pública adaptasse a avaliação do Programa de Integridade da empresa contratada à realidade de Gestão de Riscos do órgão. Além disso, a verificação do Programa de Integridade pode ser uma oportunidade para que a Administração Pública conheça melhor o seu fornecedor, podendo inclusive adaptar a sua fiscalização aos riscos detectados.

Assim, apesar dos diversos tipos de certificação externa poderem contribuir para a avaliação dos Programas de Integridade das empresas contratadas, entende-se que a sua adoção com critério obrigatório ou exclusivo não seria o melhor caminho a ser adotado.

## **2.3 Procedimentos para a verificação do cumprimento da exigência**

A definição dos procedimentos para verificação do cumprimento da exigência de Programa de Integridade pelas empresas contratadas ainda deverá ser aprofundada pelo GT, entretanto, algumas diretrizes podem ser depreendidas das discussões já realizadas, conforme elencado a seguir:



a) Reconhece-se que a avaliação dos Programas de Integridade das empresas contratadas poderá trazer uma carga maior de atribuições aos Gestores dos Contratos, bem como ocasionar uma pulverização da avaliação desses Programas a um grande número de servidores, aumentando o custo da Administração Pública com a necessária preparação desses servidores. Assim, entende-se como apropriado que a regulamentação do procedimento a ser adotado preveja a possibilidade de o Gestor do Contrato contar com o apoio de alguma unidade do próprio órgão, ou do órgão de controle interno, na realização da avaliação do Programa de Integridade da empresa, o que permitiria uma especialização maior da atividade, com ganho de escala e redução de custos. Neste caso, pode-se citar como exemplos a implementação utilizada pela PETROBRAS e pelo Governo do Distrito Federal. Além disso, é importante destacar que os riscos relacionados a conferir exclusivamente ao próprio Gestor do Contrato a atribuição de avaliar o programa de integridade não estão somente na falta de conhecimento técnico ou na ampliação da carga de trabalho, mas também no fato de ser o Gestor do Contrato eventualmente uma das próprias partes interessadas na contratação, o que reforça o argumento da necessidade da designação de uma unidade de apoio para realização desta atividade.

b) A avaliação não deveria focar apenas no Programa de Integridade em si, mas na avaliação de riscos de integridade e como este programa atua para mitigar esses riscos, no âmbito da contratação pública. Nesse caso, pode-se citar como exemplo, a metodologia de avaliação utilizada pela PETROBRAS com a *Due Diligence* de Integridade;

c) A exigência do Programa de Integridade das empresas contratadas não deveria ser uma medida isolada, mas dialogar com as demais iniciativas do Programa de Integridade do respectivo órgão.

d) A execução da avaliação deve buscar utilizar sistemas informatizados, tanto para a aplicação da metodologia como para pesquisa de informações sobre a empresa, em diversas bases de dados, de forma a otimizar o trabalho de avaliação. Neste caso, pode-se citar o exemplo de implementação utilizada pela PETROBRAS.

e) a metodologia de verificação deve conter procedimentos que diminua as chances da existência meramente formal do Programa de Integridade, possibilitando alternativas de circularização de informações e até de um diálogo maior entre a Administração Pública e a empresa.

### **3. Produtos Esperados**

Dos produtos esperados do GT previstos na Resolução nº 4, de 4 de março de 2020, do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção – CTPCC, verifica-se o que segue.

#### **3.1 Estudos comparativos com outros países**

O resultado dos estudos e pesquisas realizados estão sintetizados no item 1.3 deste Relatório. Vale observar que, considerando a possibilidade de ampliar os estudos realizados, em fevereiro de 2021, iniciou-se tratativa com Assessoria Internacional da CGU em busca de apoio para contatar representantes de órgãos de controle de outros países, que poderiam fornecer informações mais detalhadas sobre a política de integridade nas contratações públicas de seus respectivos países. Caso seja possível e autorizado pelo CTPCC, espera-se dar continuidade a esse estudo ao longo do ano de 2021.

### **3.2 Análise das leis e decretos vigentes no Brasil que tratam do tema e aplicabilidade**

Conforme se verifica no quadro comparativo apresentado no item 1.2 deste Relatório, foi feita uma análise das diversas legislações existentes do país sobre a exigência de programas de integridade nas contratações públicas. Ademais, foram realizadas entrevistas com representantes de órgãos e entes que estavam em diferentes estágios de implementação dessas legislações, com o objetivo de identificar os desafios na implementação e aplicação desses normativos. As entrevistas estão sintetizadas no item 1.6 do Relatório.

### **3.3 Estudo sobre os impactos financeiros gerados na contratação e sobre as possíveis restrições à competitividade causadas por essa exigência**

No início dos trabalhos do GT, considerou-se realizar uma ampla pesquisa com o setor empresarial sobre os custos de implementação de programas de integridade. Todavia, em razão das dificuldades geradas pela pandemia, tanto para as instituições integrantes de GT quanto para o setor empresarial, entendeu-se que não seria um momento oportuno para realização da pesquisa.

Conforme indicado no item 1.7 do presente relatório, em reunião com representantes de empresas e de escritórios de advocacia que trabalham com o tema integridade, o custo de implementação do programa de integridade não foi entendido, de uma forma geral, como algo impeditivo ou que gere grandes impactos para as empresas, pois elas já estão investindo nos programas de integridade por exigência do próprio mercado, para que possam participar de outras transações comerciais, inclusive com conglomerados internacionais.

Além disso, conforme se verifica no item 1.6.3 desta relatório, durante a reunião com o representante da PRETOBRAS S.A. – que já vem exigindo programas de integridade em suas contratações desde 2015, tendo incluído expressamente a exigência no seu Regulamento de Licitações e Contratos em 2018 –, foi informado que não foram identificados impactos econômicos nos contratos em razão da exigência de programas de integridade, e que se isso tivesse ocorrido haveria uma sinalização da área de contratos. Informou-se também que não houve maiores impactos na competitividade das contratações, já que poucas empresas foram de fato impedidas de contratar em razão do seu Grau de Risco de Integridade.

Cabe destacar, ainda, a pesquisa indicada no item 1.5 deste relatório sobre a implementação de programas de integridade pelas empresas que tem contratos de grande vulto com o Poder Executivo Federal. A partir dos dados ali mencionados, é possível deduzir que alguns setores da economia seriam mais impactados que outros por uma eventual exigência de programas de integridade nas contratações públicas. Com efeito, as empresas do setor farmacêutico aparentam estar mais avançadas nessa temática do que as empresas da área de engenharia e construção civil.

De todo modo, caso seja possível e autorizado pelo CTPCC, espera-se dar continuidade a esse estudo ao longo do ano de 2021, sobretudo considerando a aprovação da nova Lei de Licitações (ainda pendente de sanção presidencial) que definiu a obrigatoriedade de Programas de

Integridade em contratos acima de 200 milhões, sendo pertinente, portanto, verificar de forma mais detalhada o impacto que esta exigência geraria nesse grupo de empresas.

### **3.4 Proposta de modelo e boas práticas**

Os pontos de consenso do GT para formulação de possíveis modelos para implementação da exigência de programas de integridade nas contratações públicas estão indicados no item 2.2 e 2.3 deste Relatório.

De todo modo, é importante ressaltar que o principal foco de discussão ao longo deste 1 (um) ano de GT foi a viabilidade e a pertinência de exigir das pessoas jurídicas interessadas em contratar com a Administração Pública a adoção de programa de integridade. Esse tópico, entretanto, foi superado pela aprovação do PLS nº 4253/2020 (ainda pendente de sanção presidencial), que trata das novas regras de licitação e que passa a exigir a implementação de programas de integridade pelas empresas nas contratações de grande vulto. A nova lei terá alcance nacional, devendo ser aplicada para todos os entes públicos.

Nesse sentido, é importante que eventual modelo a ser proposto considere as regras estabelecidas por essa nova legislação.

## **4. CONCLUSÃO**

Este Relatório consolida as atividades e discussões realizadas no âmbito do GT “Impactos e desafios sobre a obrigatoriedade de programas de integridade em contratações públicas”, do CTPCC.

Com a aprovação do projeto da nova Lei de Licitações (pendente de sanção presidencial), ficou estabelecida a obrigatoriedade da exigência de implementação de Programas de Integridade das empresas que celebrem contratos com a Administração Pública, com valor acima de 200 milhões de reais, e superada, portanto, as discussões sobre a viabilidade e a pertinência de exigir das pessoas jurídicas interessadas em contratar com a Administração Pública a adoção de programa de integridade.

Assim, diante do estabelecimento desse dispositivo, o desafio atual é indicar possíveis modelos a serem adotados, as condições, os requisitos mínimos estabelecidos, os procedimentos de verificação, e incluir, também, as alternativas de sanções.

As diretrizes expostas no item 2 deste Relatório, propostas com base nos trabalhos desenvolvidos pelo GT ao longo de 1 (um) ano, estabelecem uma base para o delineamento de um modelo de regulamentação da exigência de programas de integridade nas contratações públicas. De todo modo, é importante que eventual modelo a ser proposto considere as regras estabelecidas por essa nova legislação.

Dessa forma, apesar de no cronograma inicial estar previsto o encerramento dos trabalhos do GT em março de 2021, tendo em conta que a redação final do projeto da nova Lei de Licitações só foi aprovada em 05 de março de 2021, e que o projeto ainda se encontra pendente de sanção presidencial, entende-se pertinente dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos até o presente momento, inclusive no sentido de apoiar a elaboração de regulação que se fará necessária quando e se aprovado.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a inviabilidade de prorrogar o GT, em razão do que estabelece a alínea “b”, do inciso VI, do artigo 6º do Decreto 9.759/2019, sugere-se a criação de um novo Grupo de Trabalho, composto pelos mesmos integrantes do GT atual, para que seja dada continuidade ao debate promovido ao longo de 2020 e início de 2021 e para que as atividades realizadas pelo GT possam ser aproveitadas e, quando for o caso, complementadas, para que seja proposto um modelo de regulamentação e procedimentos de verificação para a efetiva implementação da exigência de programas de integridade em contratações de grande vulto, já considerando o disposto pela nova legislação.

Assim, segue uma proposta de Plano de Trabalho para ser desenvolvida no âmbito do CTPCC até dezembro de 2021.

Quadro-3 – Proposta de Plano de Trabalho do um novo GT para o exercício 2021

ATIVIDADE A SER REALIZADA	INICIO	TERMINO
Aprofundar a pesquisa de modelos internacionais	mar/21	jun/21
Verificar a viabilidade de realização de <i>surveys</i>	mar/21	jun/21
Levantar o posicionamento das entidades representativas dos principais setores com contratos de grande vulto e de entidades representativas da sociedade civil	abr/21	jun/21
Reunião com o setor de Compliance da Petrobras para aprofundar detalhes da implementação da iniciativa na empresa (boa prática)	mai/21	mai/21
Mapeamento de iniciativas de integridade nas contratações públicas implementadas por entes públicos que possam ser adotadas de forma alternativa ou concomitante com a exigência de programas de integridade	mai/21	jun/21
Análise comparativa dos modelos internacionais	jun/21	jun/21
Atualização do mapeamento das leis e decretos vigentes e em tramitação no Brasil	jul/21	jun/21
Estruturação de alternativa e condicionantes de uma possível implementação da exigência de programas de integridade nas contratações do Poder Executivo Federal	ago/21	set/21
Relatório Final do GT	set/21	out/21
Aprovação do Relatório Final do GT	nov/21	nov/21

Fonte: Reunião do GT realizada em 8/12/2020

As atividades e cronograma de execução poderão ser revistos ao longo do exercício de 2021, mantendo-se a aprovação do Relatório Final para novembro de 2021.

Brasília, 23 de março de 2021

Thiago Braga Smarzaro

Coordenador-Geral de Integridade Privada DPI/STPC/CGU

Coordenador do Grupo de Trabalho